

**ATA DA 65ª (SEXAGÉSIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE**

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 22 (vinte e dois) do mês de abril de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 65ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams® – 14hs às 17h30 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
Leila Cristina P. R. Serrano

3 - Assuntos:

3.1 – Concessão das Linhas 8 e 9

Convidado:

- José Augusto Rodrigues Bissacot (ARE)

Documento disponibilizado:

- Apresentação - CONCESSÃO DAS LINHAS 8 E 9 - Novembro de 2020

O sr. José Augusto fez uma exposição sobre o tema da Concessão da Linhas 8 e 9 da CPTM destacando os seguintes pontos: (a) Publicação do Edital; (b) tarifa de remuneração prevista; (c) Investimentos necessários; (d) Outorga fixada e outorga final e; (d) pagamento mensal, receita e receitas acessórias.

O CAE questionou se os pátios voltarão ao Poder Concedente (CPTM). O Sr. José Augusto informou que sim e que deverá ser elaborado um inventário com emissão de atestado por uma empresa de Auditoria Independente. Quando do retorno ao Poder Concedente (devolução dos pátios à CPTM), deverá ser realizado um novo inventário para revisão, ajuste e atualização.

Mencionou que hoje a maior preocupação da Companhia é com o período de transição de 7 (sete) meses após a assinatura do contrato de concessão, que deverá ser a partir do mês de julho/2021 e a entrega das “chaves” que deverá ocorrer entre janeiro e fevereiro/2022. Adicionalmente, mencionou que a CPTM já criou um Grupo de Trabalho para analisar todas as ações que dependem da Companhia no período da transição.



O CAE manifestou sua preocupação com relação às receitas do Bilhete Único, questionando se o estado vai remunerar a concessionária por passageiro transportado e se a CPTM “descerá” uma posição a mais no saque da Clearing.

Foi informado que 10% ou 15% da venda de bilhetes é realizada pela ABASP e “abelhinhas” e, 80% é realizado pelo BU e que realmente a CPTM receberá após a concessionária CCR (CCR que deverá integrar o comitê gestor assim como as demais concessionárias). Com relação ao questionamento do CAE se foi realizado algum esforço no sentido de controlar melhor as receitas do BU, foi informado que o assunto não está dentro do processo de concessão.

O CAE perguntou se o valor da outorga será destinado à CPTM. O Sr. José Augusto respondeu que o valor da outorga vai para o Estado e deverá entrar diretamente na Secretaria da Fazenda, não é um dinheiro destinado à CPTM e que a CPTM empreendeu esforços para que a outorga viesse diretamente para a CPTM, principalmente para fazer frente ao PDI, mas não obteve sucesso.

O CAE questionou sobre os valores destinados não somente ao Plano de Demissão Incentivada – PDI, mas também os valores das obras que têm que ser entregues na concessão. Foi informado pelo Sr. José Augusto que o assunto ficou de fora da modelagem da concessão; não serão transferidos recursos diretos da concessão para a CPTM, mas ficou a obrigação de fazer (obras).

O CAE destacou que a CPTM tem um gasto enorme para a cumprir com as atividades previstas na fase de transição e questiona se esses valores estão provisionados. Foi informado que os custos que a Companhia terá com a transição serão suportados com o quadro próprio para realização das atividades, não tem orçamento específico para a tarefa. Com relação às obras, esclareceu que estão no orçamento da empresa e aprovadas para fazer frente às entregas previstas. O CAE questionou se existe levantamento de eventuais valores pendentes em relação aos financiamentos externos de algumas estações e partes de algumas linhas da CPTM que entraram na concessão. Foi informado que o assunto ficou à parte do contrato de concessão e que eventual dívida ficará a cargo do Governo do Estado. Exceção ao contrato da ATO que ficou com a CPTM, mas com a obrigatoriedade de que a Concessionária assumia os valores para a conclusão do contrato.

O CAE questionou se, nas linhas concedidas, existem receitas de aluguel e/ou outras receitas acessórias. Foi informado que sim e que parte deles foram abordados pela modelagem. Existem obrigações da contratada em assumir alguns contratos, outros a CPTM deverá rescindir e outros a concessionária terá que fazer. As receitas referentes ao contrato de mídia serão da CPTM até o final do prazo contratual.

Além disso, toda e qualquer receita acessória que a concessionária vier a receber que supere os valores estimados na modelagem terá que ser compartilhada com o Estado. Com relação às despesas com a transição, que serão suportadas pela CPTM, a visão da Assessoria de Gestão Estratégica Empresarial é de que o maior custo provavelmente será com mão-de-obra é que já abrangida na folha de pagamento da Companhia.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: Além dos questionamentos detalhados ao longo da apresentação (ver texto supra), o CAE agradeceu a apresentação e esclarecimentos do Sr. José Augusto e destacou que o assunto é relevante e deve ser discutido com financeiro/contabilidade, tendo em vista os

compromissos assumidos, a perda de receitas de arrecadação e os valores significativos.

3.2 – Fluxo de Caixa

Convidados:

- Gilsa Eva de Souza Costa (DF)
- Maria Arlete Vieira da Costa (GFF)

Documento disponibilizado:

- Fluxo de caixa orçamentário e financeiro original - previsão 2021 - v38

A Sra. Maria Arlete fez a exposição destacando: (a) queda de receita tarifária no mês de março/2021; (b) repasse/antecipação de cotas no mês de fevereiro e março/2021; (c) entrada de valores referentes ao ressarcimento de IPTU e; (d) despesas de PPR e materiais.

O CAE questionou se a CPTM deverá rever o orçamento de 2021 em razão do processo de concessão das Linhas 8 e 9. A Sra. Gilsa informou que não e observou que os valores do PDI serão suportados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento.

A Sra. Gilsa informou que o assunto será conduzido, inicialmente, no âmbito da reunião de Diretoria e quando o cronograma das atividades da transição estiver concluído trará a informação ao CAE.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: Em virtude dos impactos prováveis nas receitas tarifárias e nas despesas decorrentes da concessão, o CAE recomenda a análise detalhada dos impactos financeiros e eventual necessidade de revisar o orçamento.

3.3 - Demonstrações contábeis mensais – Fevereiro/2021

Convidados:

- Gilsa Eva de Souza Costa (DF)
- Ivone Feraz Anacleto - GFS
- Marlí Cândido Dutra - DFSC
- Juliana Stark – DRAU

Documentos disponibilizados:

- 2020-12-dez_Fechamento Contábil
- 2020-12-dez_Fechamento Contábil-Aberturas
- 2021-02_Explicação BP_CAE
- 2021-02_Explicação_Resultado CAE
- 2021-02-fev_Fechamento Contábil-24-03-21-Final
- 2021-02-fev_Fechamento Contábil-abertura

A Sra. Marlí fez uma exposição destacando as principais variações do período. Com relação ao pagamento do PPR 2020 foi destacado que houve uma orientação da Secretaria da Fazenda e Planejamento para que o pagamento seja realizado em 2022, razão pela qual o valor está na conta 'passivo circulante', tendo em vista que existe o compromisso da Companhia em pagar e a negociação é apenas sobre quando e como deverá fazer tal pagamento. O CAE questionou sobre os possíveis

impactos na contabilidade decorrentes da concessão das Linhas 8 e 9. A sra. Marli informou que foi criado um Grupo de Trabalho para análise da concessão. A Sra. Gilsa acrescentou que, antes mesmo do período de transição, serão iniciados os trabalhos para análise dos contratos relacionados com as Linhas 8 e 9, com o objetivo de se verificar quais os impactos financeiros.

Finalizando o CAE solicitou que a Secretaria compartilhe com a Juliana (DRAU) o material da Concessão das Linhas 8 e 9 da CPTM e, em especial que a Auditoria interna verifique a previsão / contratação de Auditoria Independente e quanto custa as linhas 8 e 9 no patrimônio da CPTM. A Sra. Juliana informou que os trabalhos previstos para as Linhas 8 e 9 têm outro enfoque.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: O CAE recomenda que sejam avaliados impactos financeiros e contábeis da concessão das linhas 8 e 9, bem como, eventuais ajustes que possam ser necessários no PAINT. Solicita que, tão logo, avancem na análise, contabilidade e financeiro retornem ao CAE para apresentação.

4 - Pendências:

PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Análise sobre os impactos financeiros e contábeis decorrentes da concessão das linhas 8 e 9	<ul style="list-style-type: none"> • Gilsa Eva de Souza Costa (DF) • Ivone Feraz Anacleto - GFS • Marli Cândido Dutra - DFSC

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.


 ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
 Coordenadora


 AFONSO ANTONIO HENNEL
 Membro


 SILVERIO CRESTANA
 Membro


 CAROLINA VILELA SANTORO DE
 CASTRO VIANNA JACOB
 Secretária